

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A QUESTÃO RACIAL: REFLEXÕES DE UMA PROFESSORA.

YOUTH AND ADULT EDUCATION AND THE RACIAL QUESTION: reflections of a teacher.

Hélis Cristina Alves de Lima ¹

RESUMO

O presente trabalho busca relatar a experiência e vivências nas turmas de educação de Jovens e Adultos – EJA, visando possibilitar um caminho para o alargamento das concepções entre os debates educacionais ligados a EJA e a questão racial tratada nas salas de aula. A contextualização desse tema busca trazer uma melhor visualização para o leitor que ainda existem grupos excluídos dentro da sala de aula, buscando trazer a necessidade de oferecer oportunidade de inserção no Âmbito educacional e profissional, a fim de torna-los aptos a terem as mesmas oportunidades. Trabalhou uma pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa, permitindo investigar na literatura os vários tipos de pesquisa científica e seu conjunto de procedimentos para embasar o raciocínio a ser desenvolvido. A prática docente mostrou a necessidade cada dia mais de uma formação continuada pelos professores, pois somente assim os educadores podem pensar no sujeito de forma global, onde as escolas recebam professores motivados a trabalhar estas turmas, e não apenas para complementar carga horária e, que os alunos se sintam sujeitos de seu aprendizado não apenas compensando um tempo, tido por muitos como perdido. O tema encontra-se em aberto, ou seja, ainda existe muito a percorrer, trazendo sempre contribuições nos estudos com a EJA e a questão racial, podendo sempre ser aprofundado em futuras pesquisas.

Palavras-chave: Educação. Memorial. Étnico-Racial. EJA.

ABSTRACT

The present work seeks to report the experience and experiences in the Youth and Adult Education (EJA) classes, aiming to provide a way to broaden the conceptions between the educational debates related to EJA and the racial issue dealt with in the classrooms. The contextualization of this theme seeks to bring a better view to the reader that there are still excluded groups within the classroom, seeking to bring the need to offer opportunities for inclusion in the educational and professional field, in order to make them able to have the same opportunities. He worked on a bibliographical, exploratory and qualitative research, allowing investigating in the literature the various types of scientific research and its set of procedures to support the reasoning to be developed. The teaching practice showed the need each day more for continuing education for teachers, because only in this way can educators think about the subject in a global way, where schools receive motivated teachers to work these classes, and not just to complement the workload, and that students feel subject to their learning not only making up for time, considered by many to be lost. The theme is still open, that is, there is still a long way to go, always bringing contributions in studies with EJA and the racial issue, and can always be deepened in future research.

Keywords: Education. Memorial. Ethnic-Racial. EJA.

¹ Mestranda em Ciências da Educação, pela Universidade Interamericana - Paraguay, Asuncion, Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Gama Filho – UGF. Servidora Pública do Município de Cedro/CE, helis.lima@edu.ce.senac.br

INTRODUÇÃO

A incumbência de relatar sobre a minha trajetória exigiu uma ação muito complexa de rememorar e relembrar, cujos movimentos discursivos levaram a refletir sobre eu mesma e a minha subjetividade, dentro de um espaço potencialmente interpretativo. Este Memorial de Formação, sob o título “A Educação de Jovens e Adultos e a Questão Racial: Reflexões de uma Professora”. busca relatar a vivência na Educação de Jovens e Adultos - EJA e a questão racial dos educandos, escrevê-lo é trazer para o presente, momentos jamais esquecidos e vivenciados em diferentes situações do cotidiano, principalmente refletindo sobre meu processo formativo e profissional, dentro da EJA, e o conjunto de políticas públicas que a envolve.

Ao buscar produzir o referido trabalho possibilitou um caminho interessante para o alargamento das concepções entre os debates educacionais ligados a EJA e a questão racial tratada nas salas de aula, buscando deixar o aluno cada vez mais preparado a assumir sua etnia; além de contribuir para uma reflexão em torno da minha prática pedagógica e a necessidade de trabalhar com alunos e outros profissionais a questão da educação étnico-racial. É necessário levar em consideração o quanto estas questões transformam-se num desafio a prática pedagógica dos professores inseridos nessa modalidade de ensino.

A contextualização desse tema busca trazer uma melhor visualização para o leitor que ainda existem grupos excluídos dentro da sala de aula, buscando trazer a necessidade de oferecer oportunidade de inserção no Âmbito educacional e profissional, a fim de torna-los aptos a terem as mesmas oportunidades.

Os processos de ensino e aprendizagem precisam acontecer em um ambiente que proporcione criatividade, respeito mútuo, que trabalhe a autoestima e o prazer de estar adquirindo novos conhecimentos. Nesse sentido, este memorial objetiva reconhecimento e valorização de ações afirmativas relacionadas a educandos afrodescendente no sentido de reconhecer e valorizar a sua história, cultura, identidade, combater o racismo e as discriminações que atingem esta população dentro da sala de aula

METODOLOGIA

O presente trabalho buscou trabalhar uma pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa. Permitindo investigar na literatura os vários tipos de pesquisa científica e seu conjunto de procedimentos para embasar o raciocínio a ser desenvolvido.

A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2014).

Dentro da pesquisa exploratória objetiva-se proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses que estimulem a compreensão (Gil, 2010).

A revisão bibliográfica de livros e artigos, desenvolvidos na luz de autores que versam sobre o tema, e possam esclarecer as dúvidas existem sobre essa parceria. Gil (2010, p. 29) relata que toda pesquisa acadêmica “[...] requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser classificado



como pesquisa bibliográfica, buscando acrescentar que “[...] o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema” (Gil, 2010, p. 30).

Através da pesquisa buscou-se uma reflexão dentro do conhecimento já adquirido e assim responder sobre as indagações persistentes. Buscando autores diferentes em artigos, periódicos, revistas e livros que busquem falar sobre o mesmo assunto. Visto que, quando se traz diferentes autores para a discussão o trabalho fica enriquecido e visitar diversas obras torna-se dúvida a melhor forma de conhecer a problemática, é indispensável conhecer e refletir sobre os diversos pontos de vista.

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E RELATO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA EJA E A QUESTÃO RACIAL.

Durante a minha jornada na modalidade de EJA, pude trabalhar os mais variados assuntos para uma melhor aceitação de cada um dentro da sociedade e percebe-se que nos últimos anos, a questão racial tem sido presenciada nos debates de ordem nacional e até internacional de uma maneira diferente de tempos atrás. Estes debates tratam portanto de um conjunto de práticas propostas e vivências que lidam diretamente com a construção social, cultural e história dessa categoria.

Torna-se necessário frisar que os jovens e adultos, em qualquer sociedade, vivenciam diferentes e múltiplas experiências humanas e sociais, isso faz com que as trajetórias, aprendizagens, vivências e temporalidades sejam diferenciadas, mesmo participando dos processos econômicos, políticos e educativos, os sujeitos atribuem significados e sentidos diversos à sociedade, práticas sociais e a à vida dentro do seu cotidiano. Esse processo encontra-se relacionado com seu ciclo de formação, idade e a própria vivência.

O Brasil conviveu com o período de escravidão durante um longo período, sendo um dos últimos países a promover a sua abolição. Ao longo de todo processo histórico, cultural e político em que a “raça” passou a ser desenhada como uma construção social, como forma de classificação social, recaindo sobre as pessoas socialmente descendentes de africanos escravizados (Gonçalves, 2000).

As representações sobre a juventude, vida adulta, a velhice, a posição social e as formas de conceber, viver, ser adulto ou jovem, e o tratamento que lhes é dado na sociedade, passam a ganhar significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos. Esse momento pode ser visto com periodização da vida que encontra-se presentes nas mais diversas culturas. (Debert, 2003).

Nesse contexto, ao pesar em uma modalidade de ensino (EJA) que buscasse atender aos indivíduos que não tiveram escolaridade na idade certa, lembra-se sempre da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Quando se busca compreender essa modalidade de ensino e a questão etno-racial torna-se desafiador, dentro de uma sociedade marcada por enfrentamentos, lutas, embates pedagógicos e políticos que na década de 1960 teve na educação popular principal meio de reivindicações por uma educação de qualidade e igualitária para todos, sobretudo para os grupos marcados pela exclusão do sistema de ensino.

De acordo com Paulo Freire, através da educação, seria possível ampliar a participação consistente das massas e levar à sua organização crescente. Pois, a sua metodologia invertia a visão do analfabeto como um sujeito sem cultura, o que consistia em trazer a discussão do que é cultura a fazer os sujeitos reconhecerem-se como produtores de cultura, a partir de suas próprias situações cotidianas, na qual a alfabetização vem inserir-se como mais um instrumento para a leitura do mundo (Xavier, Ribeiro, Noronha, 1994).



A EJA foi efetivamente formalizada em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Nº 9394/1996 trouxe em seu contexto um segmento pensado e elaborado a fim de garantir os direitos de escolarização dos jovens e adultos fora da faixa e a escola, visando atender as necessidades, levando em consideração seu conhecimento de mundo. Essa contribuição da LDBEN Nº 9394/96 vem de encontro ao previsto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, onde relata que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...] são iguais em direitos e obrigações”.

Na estrutura da Constituição Federal (CF) de 1988, surgiu o tema educação, com interesse social e a partir daí se estabeleceu que a Educação Básica fosse oferecida também através da EJA. A Constituição Federal estabeleceu dentro de seu texto a educação presencial e não apenas a de forma não presencial, mas sem muita preocupação com a qualidade de ensino. Entretanto torna-se necessário frisar que “(...) nenhum jeito institucional foi mais importante para a Educação de Jovens e Adultos, nesse período que a conquista do Direito Universal ao Ensino Fundamental Público e gratuito, independentemente da idade, consagrado no artigo 208 da Constituição de 1988(...)” (Haddad, 2000, p.120)

Desde então, escolas e organizações entre outras inúmeras instituições se conscientizaram da importância da EJA, diante do fato de obter uma cultura letrada no país, visando assim garantir a educação como direito de todos, conforme previsto na Constituição Federal – CF de 1988, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Nº 9394/1996 e diversos outros documentos oficiais.

É necessário frisar que vários programas educacionais foram e são desenvolvidos e ofertados para o público de jovens e adultos. Alguns programas foram descontinuados, contribuindo assim para a perpetuação da ideia de que os projetos políticos educacionais ligados para a escolarização e valorização dos jovens e adultos são sempre descontinuados. Trata-se do direito à vivência plena e a garantia de processos educativos que vão além da escolarização. De acordo com Arroyo (2005, p.31)

A EJA sempre aparece vinculada a um outro projeto de sociedade, um projeto de inclusão do povo como sujeito de direitos. Foi sempre um dos campos da educação mais politizados, o que foi possível por ser um campo aberto, não fechado e nem burocratizado, por ser um campo de possíveis intervenções de agentes diversos da sociedade, com propostas diversas de sociedade e do papel do povo.

O autor explica que desde a sua constituição, como campo educacional, muitos jovens e adultos presentes na EJA são os mesmos. Ou seja, a maioria das vezes, dentro do histórico da educação brasileira, foram estes jovens e adultos que tiveram os direitos à educação básica negligenciados.

Outro fator que desestimula o educando é o despreparo e a falta de motivação de alguns professores por atuarem nesse segmento; ao longo do tempo ouvi de muitos professores que estavam lotados apenas para fechar a carga horária nas turmas de jovens e adultos, e que não buscam nada inovador e muito mesmo educacional, pois o que muitos ansiavam era o término do período letivo, fazendo que com a desmotivação passasse a contagiar os educandos das salas que estes trabalhavam.

Ao longo do tempo e com a prática nestas turmas, percebi que a Educação de Jovens e Adultos deve ser considerada com uma prática sem improviso. O professor deve buscar planejamentos de acordo com a realidade do aluno, o que não se pode aceitar é que os professores lecionem sem nenhum planejamento, ou alguma estratégia de ensino que possa motivar e criar significado para os alunos (Moura, 2005).



Entende-se que o adulto analfabeto defronta-se com a sociedade letrada e necessita de, no mínimo, saber enfrentar a tecnologia da comunicação para que, como cidadão, saiba lutar por seus direitos, pois ao contrário, torna-se vítima de um sistema excludente e pensado para poucos (Friedrich et.al, 2010)

Vale ressaltar que os programas descontinuados ou cancelados, são posteriormente substituídos por outros, no entanto marca uma sociedade onde a educação ainda é vista para a elite e o proletariado deve ser esquecido, pois necessita trabalhar, então os processos educacionais podem ser vistos de forma a adaptar a realidade, como se o aprendizado não fosse um direito de todos e esse processo se desenvolve ao longo da vida (Brasil, 1998).

Nos últimos 05 (cinco) anos tenho pesquisado e trabalhado com jovens, adultos, negros, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (LGBTI) e indivíduos pertencentes as religiões de matrizes africanas. A minha primeira turma de Educação de Jovens e Adultos – EJA foi no Programa Tempo de Avançar, do Governo do Estado do Ceará. O projeto se dividia em: Projeto Tempo de Avançar Fundamental - TAF e, o Projeto Tempo de Avançar do Ensino Médio - TAM, onde o aluno estudava a 1ª, 2ª e 3ª Séries, concluindo assim o Ensino Médio. O programa desenvolvido ofereceu uma iniciativa inédita de estímulo aos professores, visando a erradicação do déficit de educação básica entre jovens e adultos, sem formação no ensino fundamental ou médio, apresentando um olhar diferenciado para estes educandos, onde os mesmos fossem capazes de responder as inúmeras necessidades educacionais, profissionais e sociais.

Para que os programas TAF e TAM pudessem acontecer, uniram-se num empreendimento do Instituto Multiplicar, empresas privadas, instituições governamentais e internacionais que reconhecendo e incentivando as atividades dos professores do projeto Tempo de Avançar, em parceria com o governo do estado do Ceará e a Fundação Roberto Marinho. O tempo para estudo de cada nível de ensino era de um ano para o ensino fundamental e um ano e três meses para o ensino médio

Os professores trabalhavam as disciplinas da Base Nacional Comum, através de livros e as aulas eram divididas entre o modelo Telecurso 2000 e as explicações do professore regente. Depois dessa experiência sempre busquei trabalhar com turmas de jovens e adultos, a fim de discutir a problemática da desigualdade quer seja ela, social, educacional ou racial.

O contato com os jovens e adultos ao longo desse período ocupa um lugar de destaque nas trajetórias e identidade de cada educando que construímos um aprendizado. As vivências, experiências e visões de mundo construídas por estes educandos articulam-se não apenas como dimensão geracional e de classe, mas também de gênero e raça. Experiências estas que estão em constante interação, em diversas situações e espaços sociais, levando em consideração que algumas possuem mais destaque que outras.

Ao longo do século XX, pode-se analisar o protesto negro no Brasil, tendo este como suporte organizações negras que lutaram para colocar a questão racial dos afro-brasileiros nas agendas políticas, nas reformas sociais, sobretudo na educação (Gonçalves, 2000).

Torna-se necessário entender que as questões educacionais, que visam a inclusão de negros na sociedade nascem das lutas sociais, e não das benesses do Estado, menos ainda das ações filantrópicas. De acordo com Telles (2003)

o racismo e a discriminação racial existem em todos os países multirraciais; no entanto, os brasileiros criaram seu próprio sistema de relações raciais sendo que as classificações raciais, no caso brasileiro, são especialmente ambíguas ou fluídas.



É necessário esclarecer que é possível ressignificar a categoria raça, mostrando entendimento entre as relações entre negros e brancos no Brasil. As diversas turmas que já trabalhei com jovens e adultos demonstraram um profundo interesse em conhecer sobre a história e a trajetória do negro no Brasil, manifestando, assim, o desejo de compreender os processos de resistência negra e assim passarem a ser indivíduos fortalecidos na sua identidade étnico-racial quando conhecem a história de luta dos negros.

Precisa ser entendido que as turmas de EJA tiveram um rejuvenescimento e assim, todos necessitam compreender sobre as questões étnico-raciais inseridos na sociedade brasileira, dentro de uma estrutura desprovida de igualdade e assim passa a atravessa o cotidiano, trazendo implicações sociais, pessoais e educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O número significativo de jovens e adultos presentes nas escolas e nas turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, leva a ponderar que a realidade observada apresenta diversos alertas dentro do campo da pesquisa educacional no sentido de incluir e relacionar a juventude, as relações étnico racial e a problemática de contexto no meio social.

Entende-se que o nível de participação de jovens e adultos nas atividades extraescolar já que é uma possibilidade, onde consiste no entendimento de sua inserção nos diferentes espaços de socialização. (Carrano, 2007).

Percebi que as salas se dividiam em grupos e que alguns educandos informavam sempre os mesmos espaços frequentados por eles, demonstrando assim o baixo grau de participação destes educandos em atividades culturais extraclasse. Ao longo do tempo as constatações levou a perceber a importância que a escola exerce na trajetória de vida dos jovens e adultos, levando a perceber também que é na escola que os jovens e adultos vivenciam parte significativa dos seus processos socializadores.

O contato com estes educandos levou-me a constatar a necessidade a inclusão da discussão sobre a questão racial nas turmas de jovens e adultos, não apenas com um tema transversal, mas como discussão e problematização e, assim, incluir as vivências de cada um nesse processo.

Percebe-se que existe a necessidade de um trabalho pedagógico que discuta a questão racial nas práticas de EJA. Professores, coordenadores, gestores municipais e estaduais necessitam identificar que a questão racial se faz presente nas salas de aula, e que os sujeitos envolvidos necessitam de um olhar onde as práticas educativas estejam de encontro com a realidade de todos e não apenas de uma minoria.

É visto uma necessidade de não mexer apenas na Organização do Trabalho Pedagógico das turmas de jovens e adultos, mas também no eixo epistemológico, mexendo assim na filosofia do ambiente escolar, proporcionando assim, uma releitura das situações vivenciadas e possa trazer oportunidade de novas experiências, possibilitando confrontar prática e teoria. Faz-se necessário compreender a multiplicidade dos sujeitos e alterar as concepções e práticas da cultura escolar (Carrano, 2007).

Sacristán (2005, p.17) questiona a cultura escolar moderna, relatando que:

Nas salas de aula repletas, encontramos seres reais com um status em processo de

mudança, que estão enraizados em contextos concretos, que têm suas próprias aspirações e que, em muitos casos, não se acomodam à ideias que os adultos haviam feito deles [...] o mundo mudou, os alunos também. Teremos de alterar nossas representações do mundo e dos alunos.

Entende-se a necessidade de uma nova visão e uma construção social apontando algo diferente no processo pedagógico, fazendo com que exista uma relação entre o ensino e a aprendizagem. Estas mudanças podem resultar a curto, médio e longo prazo, em inúmeras transformações, de forma bastante significativa, não apenas nos educandos negros que participam das práticas de EJA mas de todo o grupo de colegiado.

Daí, reside necessidade de debater questões dentro da organização pedagógica que supere a ideologia de aligeiramento do tempo educacional para que assim possam aproveitar os conhecimentos, as potencialidades com uma metodologia e um currículo que passa contemplar a diversidade primando pela valorização do repertório de via e a formação humana como um todo.

Torna-se necessário, prestar atenção nas formas e meios que os educandos utilizam para aprender. Identifica-se que o acesso ao conhecimento de uma determinada parcela da sociedade não é apenas com a inteligência. O corpo inteiro nesse momento ensina e aprende, desde do físico até a espiritualidade, onde todos os corpos devem produzir conhecimentos, mesmo que sejam distintos, todos são igualmente humanos e assim ricos em conhecimento. (Silva, 2011)

A discussão e a inclusão da diversidade cultural e étnico-racial deve estar inclusa na formação de professores que participam desse processo de ensino aprendizagem. Percebi ao longo das diversas oportunidades de trabalhar na EJA que os próprios professores desconhecem sobre os processos educativos implementados pela comunidade negra, as diferentes formas e níveis que os negros tiveram sua inserção na educação escolar, e algo altamente relevante, muito não conhecem a Lei Nº 10.639/2003 que altera a LDBEN 9391/1996 nos seus artigos 26-A, 79-A e 79-B estabelecendo a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

O movimento Negro no Brasil, enquanto sujeito político tem sido o principal responsável pelo reconhecimento do direito à educação para a população negra, pelos questionamentos ao currículo escolar no que ao material didático apresentado, com imagens estereotipadas sobre os negros e pela inclusão da temática racial na formação dos professores (Gomes, 2006)

A melhor forma de superar toda a situação é reconhecer a existência do racismo, e que as lutas étnico-racial ao longo dos anos serviram para mostrar ao mundo a necessidade de voz e vez a este público que ao longo da história foi marginalizado, passando assim a fazer com que os professores adotem uma postura política e pedagógica que vise a superação de cada aluno inserido nessa categoria. Quando se fala em trabalho pedagógico será necessário conhecer e analisar as experiências significativas dos alunos, dentro desse processo de conhecimento de mundo e conhecimento educacional construindo assim práticas pedagógicas que superem o racismo e assim possam modificar o conhecimento produzido.

Percebi que muitos professores e alunos ainda insistem em manter certa distância sobre o tema, pois no Brasil apesar dos inúmeros documentos oficiais que relatam sobre o tema, os movimentos sociais trabalhando incansavelmente, o campo de formação de professores sobre esse assunto insiste em ser manter distante. Quando aparece um professor reflexivo, sobre as experiências quer sejam pessoais ou profissionais sobre este tema, muito ainda não valorizam e muitas vezes tentam desmotivar por achar que não se pode mudar uma processo enraizado desde a escravidão.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o processo educacional aqui executado, entende-se que a EJA configura-se como sendo uma política públicas que pauta a aprendizagem ao longo da vida. A necessidade de uma formação continuada dos professores que trabalham nessas turmas é essencial, visto que sua mediação didática nestas classes exigem um planejamento e uma prática pedagógica das outras classes.

Ao longo do dia a dia na sala de aula, notamos que muitos professores ao dialogarem com os alunos, sempre lembravam a sua faixa etária, cor, sexo e religião, recorrendo a experiências vivenciadas por eles, deixando muitos alunos sem motivação nenhuma para continuar.

A prática docente mostrou a necessidade cada dia mais de uma formação continuada pelos professores, pois somente assim os educadores podem pensar no sujeito de forma global, onde as escolas recebam professores motivados a trabalhar estas turmas, e não apenas para complementar carga horária e, que os alunos se sintam sujeitos de seu aprendizado não apenas compensando um tempo, tido por muitos como perdido, mas, de forma eficaz incluir propostas nos seus planejamentos onde estas possam ser condizentes com seus ciclos de vida e as experiências sociais.

A este respeito, percebi a tensão e a ambiguidades que muitos jovens enfrentam na relação entre a classificação de sua raça/cor e o seu processo de construção de uma identidade étnico-racial.

Torna-se necessário que possam ser ofertados formações continuadas fazendo com que os professores possam entender que discutir diversos assuntos na sua sala de aula quer seja: diferenças de gênero, étnico-racial, orientação sexual, socioeconômica e intergeracional faz parte do fazer docente contemporâneo. E trazendo a cena para estes grupos a garantia da visibilidade das especificidades do público ao longo do seu processo de aprendizagem.

Ao finalizar este trabalho, percebo que o tema encontra-se em aberto, ou seja, ainda existe muito a percorrer, trazendo sempre contribuições nos estudos com a EJA e a questão racial, podendo sempre ser aprofundado em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

Brasil. Lei nº 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.

Brasil (2004). Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história da cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004. Resolução CNE/CP Nº 01/2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

Brasil. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm



- Brasil (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Carrano, P. C. (2007). Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. *Revista de Educação de Jovens e Adultos, Belo Horizonte*, v.1, n.0, p.55-67.
- Debert, G. G. (1998). A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre idade, memória e política*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, p. 49-67.
- Friedrich et.al. (2010). Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. *Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Gomes, N. L. (2006). Movimento negro, saberes e a construção de um projeto educativo emancipatório. Coimbra, Mimeo.
- Gonçalves, L.A. (2000). A desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre ações afirmativas no Brasil. In: SOUZA, Josué (Org.). *Multiculturalismo e racismo: o papel das ações afirmativas nos Estados democráticos contemporâneos*. Brasília: Ministério da Justiça, p. 233-234.
- Haddad, S. & Di Pierro, M. C. (2000). *Escolarização de Jovens e Adultos*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, p.108-130.
- Minayo, M. C. de S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, p. 408.
- Moura, A.(2005). Filosofia e princípios da PEADs (Pe) e do CAT(Ba). In: BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro; BAPTISTA, Naidison de Quintella. *Educação rural e sustentabilidade do campo*. 2.ed. Pernambuco.
- Munanga, K.(2004). *Superando o racismo na escola*. 2.ed. Brasília: MEC; SECAD.
- Sacristán, J. G.(2005). O aluno como invenção. Porto Alegre: Artmed.
- Silva, P. B. G. (2007). *Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil*. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2745/2092>
- Telles, E. E. (2003). [Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica](#). Tradução de Nadjeda Rodrigues Marques, Camila Oslén. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford.
- Xavier, M. E., Ribeiro, M. L. & Noronha, O. M.(1994). **História da Educação**: A Escola no Brasil. São Paulo: FTD.